

ASSISTENCIAL E EDUCACIONAL: NOTAS INICIAIS SOBRE A CRECHE NO BRASIL

STÉFANI DA SILVA KORB¹;
MARA REJANE VIEIRA OSÓRIO²

¹Universidade Federal de Pelotas – stefanikorb96@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – mareos@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este texto apresenta um recorte da pesquisa de doutorado, em andamento, intitulada “Seminários Formativos e Docências em Berçários no Município de Ijuí/RS: entre o governo dos outros e experiência de si” que tem como objetivo principal compreender e problematizar docências com bebês na atualidade, tendo como foco professoras efetivas que atuam em Educação Infantil. Este estudo está inserido na linha de pesquisa: Currículo, Políticas Educacionais, Profissionalização e Trabalho Docente do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas e é financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES) sob o código 0001.

A proposta aqui é apresentar a parte inicial do estudo que tratou de uma revisão da literatura sobre a constituição da Educação Infantil, especialmente, da creche (destinada às crianças de 0 a 3 anos). As discussões tiveram como base os estudos sobre infância e educação infantil de Kuhlmann Jr. (2007), Carvalho (2006) e Barbosa (2013). Essa revisão contribui com a pesquisa porque situa as condições históricas da Educação Infantil, especialmente das creches, chamando a atenção para os desafios necessários para sua implementação e reconhecimento como instituições educativas; ainda sustenta a preocupação com o foco da pesquisa: docência com bebês.

2. METODOLOGIA

Para realização deste estudo qualitativo, utilizamos a metodologia de revisão de literatura, com o objetivo de conhecer estudos e pesquisas do campo da Educação Infantil e seus argumentos quanto a constituição das escolas para crianças de 0 a 3 anos. A busca pelos estudos aconteceu a partir da pesquisa em diferentes fontes, como bancos de periódicos digitais (Portal de Periódicos da CAPES e Biblioteca Científica Online – SCIELO) e também a partir de indicações de estudos e autores reconhecidos no campo da Educação Infantil.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em “Infância e Educação Infantil: Uma abordagem histórica”, Moysés Kuhlmann Jr. (2007) argumenta que a história da educação de bebês e crianças pequenas não pode ser compreendida apenas como uma questão educacional. Para o autor, as instituições dedicadas à infância estão interligadas a contextos como: “[...] à história da infância, da família, da população, da urbanização, do trabalho e das

relações de produção, etc. – e, é claro, com a história das demais instituições educacionais”. (KUHLMANN JR, 2007, p.16).

Neste sentido, compreendemos que os estudos sobre as transformações nas condições culturais, sociais, econômicas e educacionais são, essenciais para compreender a criação e desenvolvimento das instituições escolares voltadas à primeira infância. Ainda, segundo Barbosa (2013), é apenas no final do século XIX, que as primeiras creches começam a serem estabelecidas no Brasil, entretanto, para compreender as condições que possibilitaram seu surgimento é necessário regressar um pouco mais na história.

No século XVIII, diversas instituições como Santas Casas e Asilos foram criadas para acolher as crianças abandonadas. Ligadas, em sua grande maioria, a organizações religiosas, essas instituições operavam com um enfoque assistencialista, visando “[...] salvar – neste e no outro mundo – tanto a criança pobre e abandonada, que recebe a ajuda, quanto àquele que a oferece”. (Lookman, 2013, p.45). Portanto, o foco estava na proteção das crianças e da sociedade, evitando que elas tivessem contato com perigos externos, como a criminalidade, por exemplo, como também buscando formá-las dentro de uma moral específica (caracterizada por princípios como a obediência, disciplina, resignação e submissão à sua condição social) de modo a impedir que se tornassem uma ameaça social.

A partir do século XIX, surge uma outra forma de poder composta por uma série de práticas, técnicas e estratégias que tem como foco não apenas a salvação, mas a administração e regulação da vida das pessoas. Trata-se do que Foucault (1976, p.285-286) denominou como biopoder, ou “assunção da vida pelo poder”, esse poder específico na busca por garantir e prolongar a vida, passa a utilizar estratégias como o controle de índices de natalidade, mortalidade e doenças, além de gerar saberes (principalmente no campo da saúde) para evitar, tratar e orientar a população.

Neste contexto, as primeiras creches surgem tanto como alternativas às instituições de acolhimento de crianças abandonadas, como também enquanto estratégia do biopoder, buscando reduzir os índices de mortalidade infantil, tendo como princípio que “[...] as mães mantivessem a guarda de seus filhos contando com o cuidado e assistência” (CARVALHO, 2006, p.123). Outras condições importantes também favoreceram o desenvolvimento dessas instituições, como a expansão industrial e a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho (demandando espaços que cuidassem das crianças durante as jornadas de trabalho), além da disseminação de discursos médicos higienistas que viam as instituições escolares como ferramentas para intervir na sociedade, promovendo a ordem, disciplina e moralidade na sociedade (Carvalho, 2006).

Apesar de buscarem se diferenciar das instituições de acolhimento, as creches continuaram a estar vinculadas aos campos de assistência, saúde e família. Isso não implica, porém, que essas instituições não oferecessem formas de educação. Como argumenta Kulmann Jr. (2007, p.69) essas instituições: “[...] também educavam, não para a emancipação, mas para a subordinação”. O que buscamos destacar, é que, nesse período, a responsabilidade por essas instituições não era atribuída ao campo educacional. Inclusive, a administração dessas instituições era frequentemente realizada por profissionais das áreas da saúde, enquanto os trabalhadores que atuavam diretamente com as crianças não contavam com nenhuma formação específica, devendo apenas seguir orientações sobre como cuidar, educar, alimentar e disciplinar as crianças.

A partir dos movimentos iniciados nos anos 1980, uma mudança significativa começa a se delinear no campo da infância. Após a Constituição Federal de 1988, o

Estado passou a reconhecer os direitos das crianças, transferindo para o setor educacional a responsabilidade pela educação dos bebês e crianças pequenas. Segundo Pereira (2013), essa transição não foi simples ou isenta de disputas; pelo contrário, o campo educacional resistiu em assumir essa responsabilidade, considerando as ações de cuidado necessárias às crianças de 0 a 3 anos como assistencialistas e não educativas.

Na esteira dessas discussões, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN n.9.394, de 1996) instituiu a Educação Infantil como primeira etapa da Educação básica, tendo: “[...] como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (Brasil, 1996, Seção II, art.29). Conforme o documento, a responsabilidade pela oferta da educação infantil deve ser assumida pelos municípios, que oferecem dois níveis: a creche ou equivalentes, para crianças de 0 a 3 anos (com matrícula facultativa), e a pré-escola, para crianças de 4 a 5 anos (obrigatória).

Essa divisão, segundo Barbosa (2013), enfraquece e segmenta a educação infantil, especialmente no que se refere às creches, que, mesmo após os avanços nos textos legais, ainda são vistas como “[...] uma estranha no ninho do sistema educacional brasileiro” (BARBOSA, 2013, p.78). Na visão da autora, as creches são espaços complexos que compartilham características com as escolas da educação básica, pois também têm como objetivo a educação das crianças. No entanto, possuem especificidades distintas, uma vez que os processos educativos e pedagógicos que assumem são diferentes, a forma como organizam os espaços, tempos, como constroem suas rotinas, as propostas pedagógicas que produzem, entre outros aspectos são distintos dos outros níveis e etapas da educação.

Essas diferenças muitas vezes não são plenamente compreendidas, resultando, conforme Barbosa (2013), em questões como: o apagamento dos bebês e das crianças pequenas nas propostas educacionais; tentativas de enquadrar as creches aos modelos das escolas da educação básica; a transferência da responsabilidade desses espaços para instituições conveniadas (que frequentemente priorizam orientações de assistência); e ainda, o crescimento das instituições privadas que enxergam a creche como um nicho de mercado em expansão.

Assim, é fundamental que a creche seja reconhecida como um espaço legítimo de educação, que desempenha um papel importante no desenvolvimento das crianças de 0 a 3 anos. Integrá-la ao sistema educacional de forma plena, valorizando suas especificidades, não é uma tarefa fácil, pois envolve muitas vezes, modificar concepções consolidadas sobre ensino, educação, criança, docência, entre outras. Essa transformação requer uma discussão ampla no campo da educação e em toda sociedade, sobre as práticas e modelos educacionais existentes.

4. CONCLUSÕES

Em síntese, a trajetória das creches no Brasil reflete uma complexa relação entre assistência e educação. Apesar dos avanços legais que reconhecem a importância da educação infantil, as creches ainda enfrentam desafios em sua implementação e reconhecimento como instituições educativas. O entendimento das especificidades desta etapa é essencial para promover um ambiente que não apenas promova a assistência, mas cuide e eduque de forma indissociável, promovendo o desenvolvimento integral dos bebês e crianças pequenas, respeitando seus direitos e potencialidades.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 19/08/2024.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 20/08/2024

BARBOSA, M.C.S. **Creche: Uma estranha no ninho educacional**. Revista Dialogia, São Paulo, n. 17, p. 75-92, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/4410/2553>

CARVALHO, R.S. **A Emergência das Instituições de Educação Infantil**. Revista História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 20, p. 115-134, set. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3216/321627124007.pdf>

FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade: Aula de 17 de março de 1976**. In: FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.285-315.

KUHLMANN JR, M. **Infância e Educação Infantil: Uma abordagem histórica**. Porto Alegre, Mediação, 2007.

LOKMANN, K. História das Práticas de Atendimento à Infância no Brasil: Entre a caridade e a assistência científica. In: **Infância (s), Educação e Governo**. Ed. da FURG, Rio Grande, v.12, 2013.

PEREIRA, Rachel Freitas. As Políticas de Atendimento à Pequena Infância no Brasil a partir da década de 1930: Entre avanços e retrocessos. In: **Infância(s), Educação e Governo**. v. 12. Rio Grande: Ed. da FURG, 2013.